



MERCADO DE TRABALHO

Boletim Trimestral do Mercado de
Trabalho do Estado do Rio de Janeiro

**3º e 4º trimestre
2025**



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Couto de Castro

Governador

Flávio Willeman

Secretaria de Estado da Casa Civil

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ

Izabel Maria Brito Toledo

Presidente

Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas – CEEP

Nathalia Emygdia de Andrade

Diretora

Coordenadoria de Políticas Econômicas – COOPEC

Pedro Amaral Serra

Coordenador

Equipe Técnica

Juceline Barbosa Guimarães

Nicole Marques dos Santos

Pedro Amaral Serra

Samara Sthefani Oliveira Marques Martins

Equipe de Apoio

Gilberto Herminio da Silva Filho

Projeto Gráfico, Diagramação e Design

Antonio Matos

**ABRIL
2026**

1. População fluminense de acordo com as divisões do mercado de trabalho	6
1.1. Força de trabalho desocupada	7
1.2. Taxa de desocupação	8
1.3. Condição em relação à força de trabalho	9
1.4. Condição de ocupação	11
1.5. Saldo de empregos	12
1.6. Saldo e estoque de empregos por grupamento de atividades econômicas	15
1.7. Taxa de desalento	17
1.8. Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	19
1.9. Pessoas ocupadas por grupamento de atividade no trabalho principal	20
1.10. Informalidade do setor privado	23
2. O perfil socioeconômico do Mercado de Trabalho do estado do Rio de Janeiro	25
2.1. Distribuição percentual por sexo	25
2.2. Distribuição percentual por grupo de idade	27
2.3. Distribuição percentual por nível de instrução	29
2.4. Distribuição percentual por cor ou raça	31
3. Conclusão	33



SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

Esta edição do Boletim do Mercado de Trabalho do estado do Rio de Janeiro, referente ao terceiro e ao quarto trimestre de 2025, baseia-se em dados provenientes de duas importantes fontes estatísticas: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), elaborada pelo IBGE, e o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED), sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego. A articulação dessas bases permite uma avaliação abrangente do mercado de trabalho, ao considerar simultaneamente os segmentos formal e informal, contribuindo para o acompanhamento das condições socioeconômicas da população fluminense.

A análise do emprego e da ocupação configura-se como uma ferramenta estratégica para interpretar as transformações no bem-estar social, especialmente em cenários econômicos desafiadores. Um mercado de trabalho dinâmico e organizado, que seja capaz de gerar postos formais, com estabilidade e rendimentos adequados, representa um requisito essencial para a efetivação de direitos fundamentais. Ademais, o papel dinamizador da renda proveniente do trabalho impulsiona o consumo interno, incentiva a realização de novos investimentos e, por consequência, contribui para o fortalecimento da retomada e do crescimento da economia estadual.

Nesse sentido, o acompanhamento das dinâmicas e variações do mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro mostra-se essencial para a formulação de políticas públicas que promovam não apenas a inserção produtiva, mas também a construção de um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico, baseado na geração de empregos de qualidade e na ampliação da renda. Como destacado pela Organização

Internacional do Trabalho, o emprego formal constitui um dos instrumentos mais relevantes para a redução das desigualdades sociais e o enfrentamento da pobreza.

O estado do Rio de Janeiro, uma das principais economias do país, convive com desafios particulares em seu mercado de trabalho, associados a fatores estruturais, limitações fiscais e à necessidade de diversificar sua base produtiva, ainda fortemente dependente do setor de óleo e gás. Os dados relativos ao terceiro e ao quarto trimestre de 2025 possibilitarão avaliar eventuais avanços em três dimensões centrais: a geração de empregos, a expansão do trabalho formal e a redução das desigualdades socioeconômicas, além de identificar quais segmentos econômicos mais contribuíram para a dinâmica do mercado de trabalho fluminense.

A Tabela 1 apresenta os principais conceitos empregados na PNAD Contínua, como população em idade ativa, população economicamente ativa, contingente de ocupados e desocupados, além de indicadores como a taxa de participação e a taxa de desocupação. Cada um desses elementos é essencial para compreender o funcionamento do mercado de trabalho, possibilitando a identificação de tendências, a análise do perfil da força de trabalho e a avaliação das políticas públicas voltadas ao emprego.

Tabela 1 – Definição dos termos utilizados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Termo	Definição
População em idade de trabalhar	Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.
População na força de trabalho	Compreende as pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência.
População ocupada	Pessoas que trabalharam pelo menos uma hora em atividades remuneradas ou ajudando em atividades econômicas de familiares, ou temporariamente afastadas.
População desocupada	Pessoas que não estavam ocupadas, mas buscaram emprego nos últimos 30 dias e estavam disponíveis para começar a trabalhar na semana de referência.
População fora da força de trabalho	Pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência.
Taxa de participação na força de trabalho	Percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar.
Nível de ocupação	Percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar.
Nível de desocupação	Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar.
Taxa de desocupação	Percentual de desocupados em relação às pessoas na força de trabalho.

Fonte: Glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

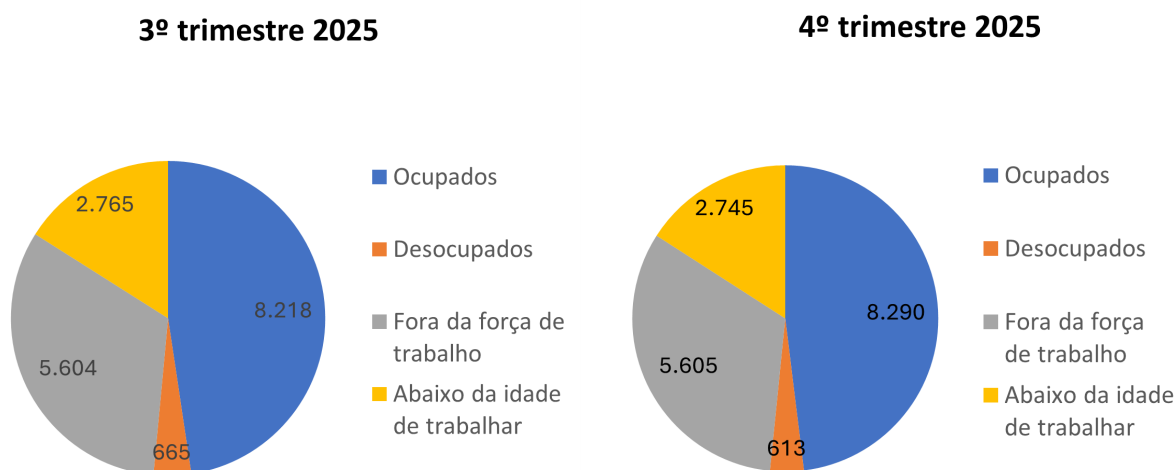
1. População fluminense de acordo com as divisões do mercado de trabalho

Compreender a distribuição da população entre ocupados, desocupados e fora da força de trabalho permite avaliar a capacidade de absorção de mão de obra, o nível de ociosidade e sinais gerais de dinamismo econômico. O contingente de desocupados, por sua vez, sinaliza fragilidades no funcionamento do mercado de trabalho e, quando desagregado, possibilita identificar desigualdades estruturais e avaliar a efetividade das políticas públicas de inserção produtiva. Já a população fora da força de trabalho abrange indivíduos que não estão participando ativamente do mercado, incluindo situações distintas, como desalento ou inatividade por motivos educacionais, de saúde ou cuidados, evidenciando a necessidade de políticas articuladas de qualificação, inclusão e proteção social.

O Gráfico 1 ilustra a distribuição da população do estado do Rio de Janeiro conforme as categorias do mercado de trabalho. No terceiro trimestre de 2025, o contingente de pessoas ocupadas era de aproximadamente 8,22 milhões, registrando um acréscimo de 72 mil no trimestre subsequente. Ainda assim, observa-se que a maior parcela da população se encontra inserida no mercado de trabalho, seja por meio de vínculos formais ou informais. A segunda maior categoria corresponde à população fora da força de trabalho, que somava 5,60 milhões no terceiro trimestre e passou a 5,61 milhões no quarto trimestre de 2025. Por sua vez, o número de desocupados recuou de 665 mil para 613 mil pessoas no mesmo intervalo, sinalizando uma melhora nas condições de inserção ocupacional.

Por fim, o contingente de pessoas abaixo da idade de trabalhar apresentou leve redução, passando de 2,77 milhões para 2,75 milhões, o que destaca a importância de um planejamento de longo prazo nas áreas de educação e formação profissional, com vistas a preparar as próximas gerações para sua inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – População fluminense, de acordo com as divisões do mercado de trabalho (mil pessoas) – 3º e 4º trimestres 2025



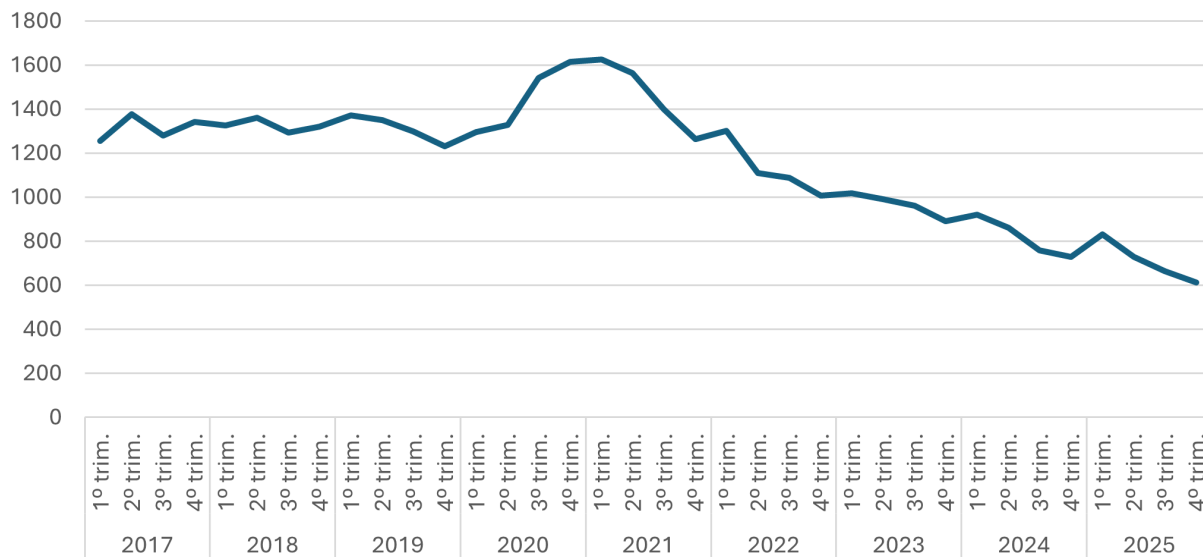
Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.1. Força de trabalho desocupada

A força de trabalho desocupada corresponde ao contingente de pessoas que, embora não estivessem ocupadas na semana de referência, adotaram alguma providência para conseguir trabalho nos últimos 30 dias e se encontravam disponíveis para iniciar uma atividade laboral. Trata-se de um indicador essencial para evidenciar a ociosidade da mão de obra e mensurar o volume de indivíduos que buscam inserção no mercado de trabalho. Esse indicador tende a reagir de forma sensível a momentos de retração ou expansão da atividade econômica, sendo utilizado para acompanhar os ciclos econômicos e orientar a formulação de políticas públicas voltadas à geração de trabalho e renda.

O Gráfico 2 apresenta a evolução da força de trabalho desocupada no estado do Rio de Janeiro ao longo da série histórica de 2017 até o 4º trimestre de 2025. O intervalo entre 2020 e 2021 foi caracterizado por uma elevação significativa do desemprego, em função da pandemia de COVID-19, período em que o contingente de desocupados alcançou 1,65 milhão de pessoas. A partir de então, observa-se um movimento consistente de retração, com cerca de 665 mil desocupados no terceiro trimestre de 2025 e 610 mil no quarto trimestre, indicando um quadro favorável de recuperação econômica e redução do desemprego.

Gráfico 2 – Força de trabalho desocupada no estado do Rio de Janeiro (mil pessoas) 2017 - 2025



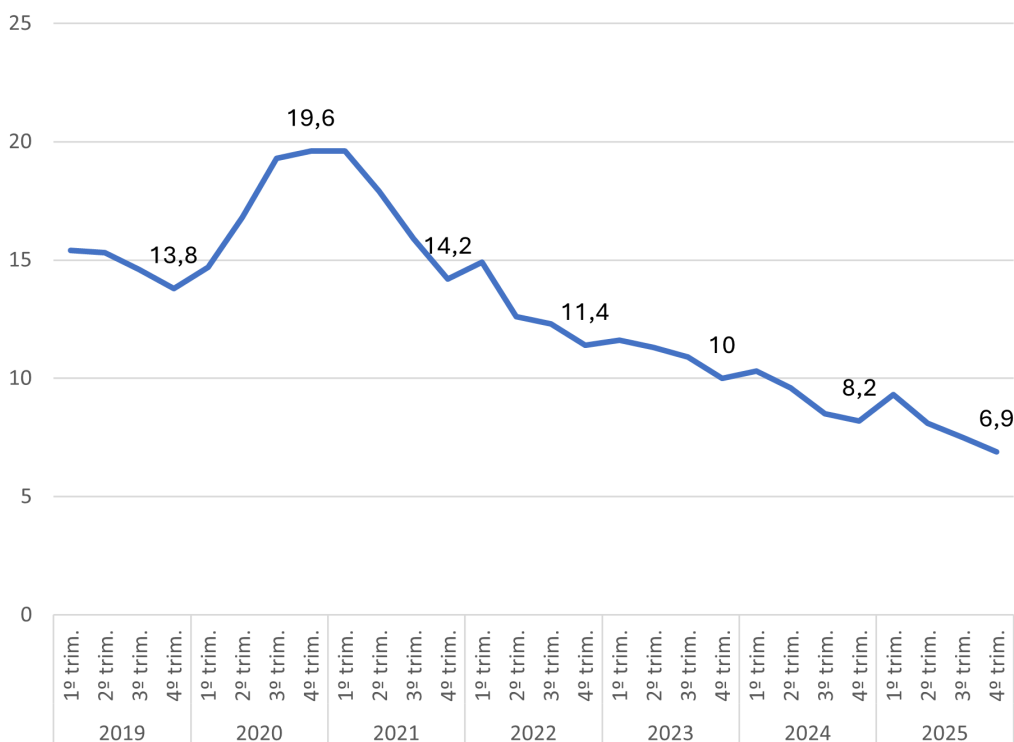
Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.2. Taxa de desocupação

A taxa de desocupação consiste em um indicador relativo que expressa a participação das pessoas desocupadas no total da força de trabalho. Esse indicador é amplamente utilizado para avaliar o grau de absorção da população economicamente ativa pelo mercado de trabalho. Níveis elevados podem sinalizar insuficiência de investimentos, retração de atividades produtivas ou fragilidades na dinâmica econômica, refletindo dificuldades na geração de empregos. Por outro lado, taxas mais reduzidas tendem a indicar um ambiente econômico mais aquecido, com maior capacidade de criação de postos de trabalho, especialmente formais.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da taxa de desocupação no período de 2019 até 2025. Conforme já destacado, o indicador alcançou seu ponto mais elevado durante a pandemia de COVID-19, sendo seguido por um movimento contínuo de queda nos anos posteriores, o que sinaliza um processo de retomada da atividade econômica. No terceiro trimestre de 2025, a taxa situou-se em 7,5%, recuando levemente no quarto trimestre para 6,9%, o menor patamar de toda a série analisada.

Gráfico 3 – Taxa de desocupação (%) – Estado do Rio de Janeiro (2019 a 2025)



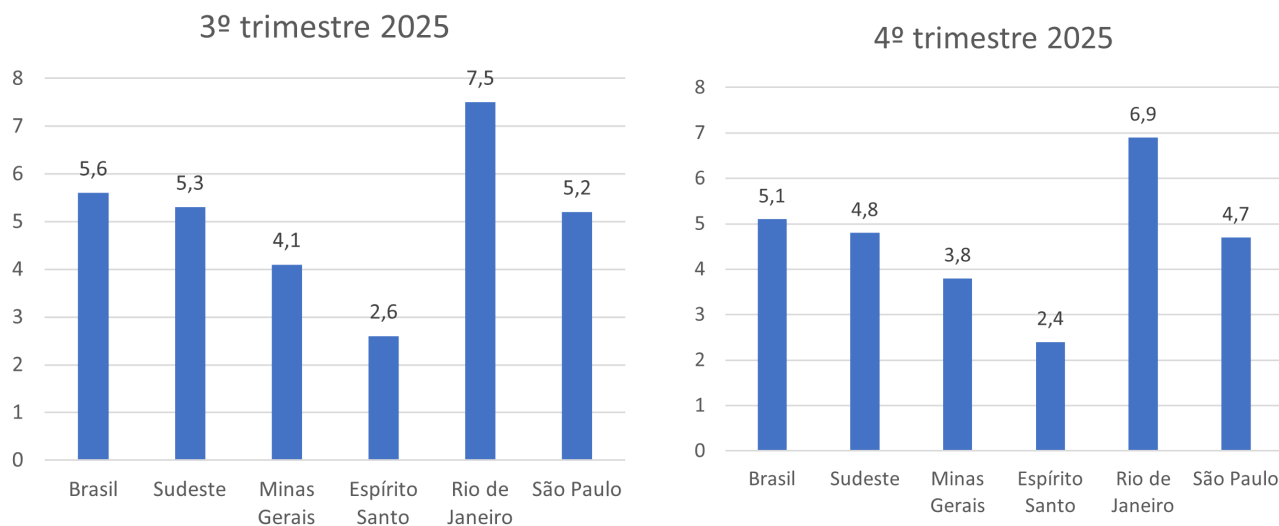
Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

O Gráfico 4 apresenta uma análise comparativa da taxa de desocupação em âmbito nacional e regional, demonstrando que o estado do Rio de Janeiro registrou o maior percentual entre as unidades da Região Sudeste, situando-se também acima da média do país. No terceiro trimestre de 2025, a taxa alcançou 7,5%, superando tanto o índice nacional (5,6%) quanto o regional (5,3%). Esse desempenho difere

dos resultados observados no Espírito Santo (2,6%) e em Minas Gerais (4,1%), que exibiram condições mais favoráveis no mercado de trabalho.

No quarto trimestre de 2025, o estado do Rio de Janeiro registrou queda de 0,6 ponto percentual na taxa de desocupação, atingindo 6,9%. Apesar do recuo, o indicador permaneceu acima das médias nacional (5,1%) e regional (4,8%). Esse resultado sinaliza uma melhora gradual nas condições do mercado de trabalho fluminense, embora o estado ainda apresente o maior nível de desocupação entre as unidades da Região Sudeste.

Gráfico 4 – Taxa de desocupação (%) – Comparação entre estados do Sudeste e Brasil – 3º e 4º trimestres de 2025



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.3. Condição em relação à força de trabalho

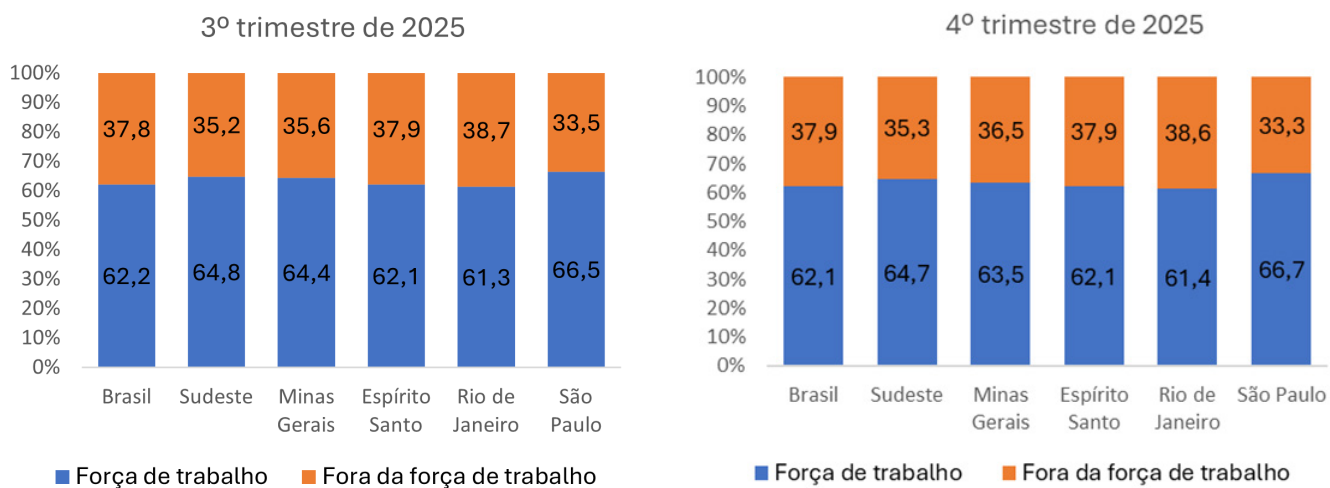
O Gráfico 5 mostra a distribuição da população de 14 anos ou mais, esteja ela participando ou não do mercado de trabalho, nos terceiro e quarto trimestres de 2025, estabelecendo uma comparação entre os dados do Brasil, da Região Sudeste e dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Nesse contexto, considera-se como força de trabalho o conjunto de pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, conforme apresentado na Tabela 1.

A população ocupada corresponde àquelas pessoas que trabalharam ao menos uma hora em atividades remuneradas ou auxiliando em atividades econômicas de familiares, bem como aquelas temporariamente afastadas do trabalho. Já a população desocupada refere-se aos indivíduos que não estavam ocupados, mas que tomaram providências para conseguir emprego nos últimos 30 dias e estavam disponíveis para iniciar uma atividade na semana de referência. Por sua vez, a população fora da força de trabalho é composta por pessoas que não estavam nem ocupadas nem desocupadas nesse período, conceitos estes detalhados anteriormente na Tabela 1.

No terceiro trimestre de 2025, 61,3% da população fluminense em idade ativa fazia parte da força de trabalho, enquanto 38,7% encontravam-se fora dela. Esse nível de participação situou-se abaixo tanto da média nacional (62,2%) quanto da regional do Sudeste (64,8%). Estados como São Paulo (66,5%), Minas Gerais (64,4%) e Espírito Santo (62,1%) registraram proporções mais elevadas, indicando um menor grau de inserção da população do Rio de Janeiro no mercado de trabalho. No quarto trimestre, não se observaram alterações relevantes, permanecendo o mesmo padrão verificado anteriormente.

Em síntese, os dados indicam que, apesar de a maior parcela da população em idade ativa já estar integrada ao mercado de trabalho, ainda persistem obstáculos para a inclusão daqueles que se encontram fora da força de trabalho. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas à qualificação profissional, à diminuição da informalidade e à expansão das oportunidades de inserção ocupacional.

Gráfico 5 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho (%) – Estado do Rio de Janeiro - 3º e 4º trimestre de 2025



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

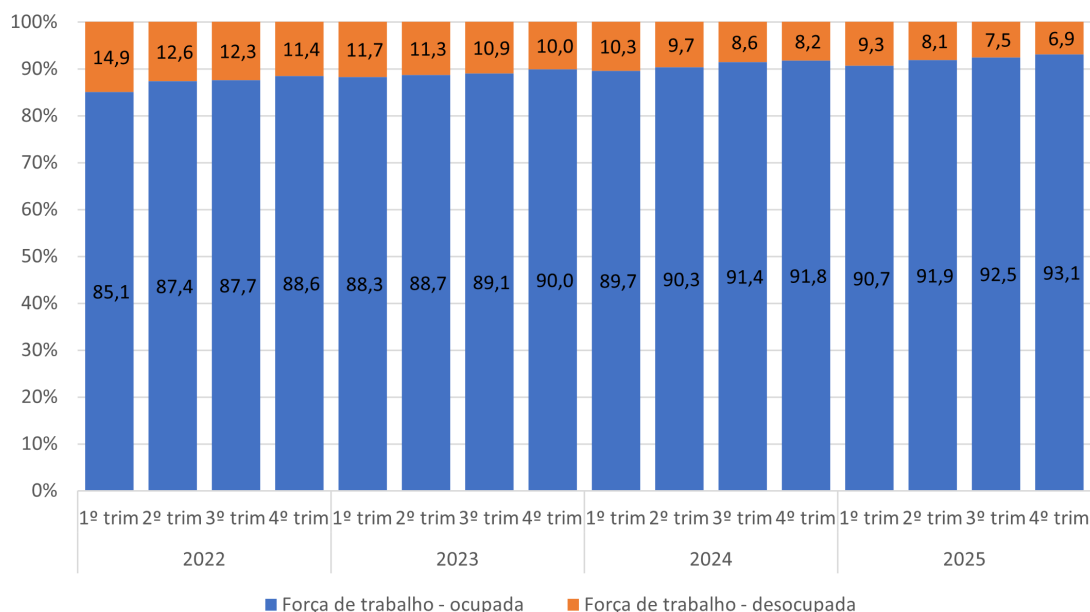
1.4 Condição de ocupação

O Gráfico 6 apresenta a evolução trimestral da condição de ocupação da população de 14 anos ou mais no estado do Rio de Janeiro entre 2022 e 2025. No período entre 2022 e 2024, observa-se uma redução significativa da taxa de desocupação, que passou de 14,9% para 8,2%, ao passo que a proporção de ocupados aumentou de 85,1% para 91,8%, evidenciando um processo consistente de recuperação do mercado de trabalho.

Adicionalmente, identifica-se um possível padrão de comportamento sazonal, caracterizado por leve redução da ocupação no primeiro trimestre em relação ao quarto trimestre do ano anterior, seguida de recuperação gradual ao longo do ano. Esse movimento pode estar associado à dinâmica típica do mercado de trabalho, especialmente à redução de vínculos temporários após o período de fim de ano.

Nos dois últimos trimestres de 2025, foco desta análise, o gráfico indica continuidade da trajetória de melhora, com elevação no terceiro trimestre, quando o percentual de ocupados atinge 92,5%, e novo avanço no quarto trimestre, alcançando 93,1%, o maior patamar da série histórica. Assim, o mercado de trabalho fluminense demonstra consolidação em níveis elevados de ocupação. Portanto, entre 2022 e o segundo semestre de 2025, observa-se uma tendência de melhora sustentada do emprego, com redução expressiva do desemprego, ainda que as variações trimestrais reflitam, de forma não totalmente regular, possíveis efeitos sazonais e fatores estruturais.

Gráfico 6 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição de ocupação (%) – Estado do Rio De Janeiro (2022 a 2025)



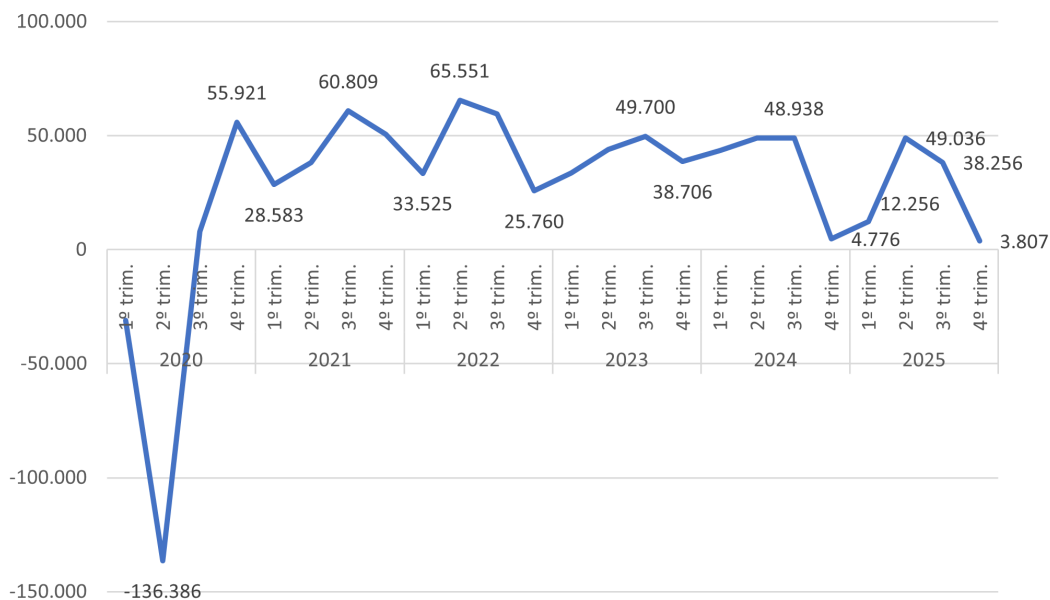
Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.5. Saldo de empregos

O saldo de empregos, indicador divulgado pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), resulta da diferença entre admissões e desligamentos no mercado formal e constitui uma medida relevante para avaliar o desempenho do emprego com carteira assinada. O Gráfico 7 apresenta a evolução trimestral desse indicador entre 2020 e 2025, evidenciando as oscilações associadas aos distintos momentos da economia fluminense. Destaca-se, em 2020, o impacto da pandemia de COVID-19 sobre a atividade econômica, seguido por um período de recuperação gradual nos anos subsequentes.

Após o avanço observado no segundo trimestre de 2025, o saldo de empregos passou a apresentar variações no segundo semestre do ano. No terceiro trimestre, houve geração líquida de 38.256 postos formais, enquanto no quarto trimestre esse resultado recuou para 3.807 vagas. Observa-se, nesse comportamento, um possível padrão sazonal, marcado pela desaceleração na criação de empregos ao final do ano, fenômeno compatível com a dinâmica do mercado de trabalho. No entanto, esse movimento não se verifica de maneira totalmente uniforme ao longo de toda a série, o que recomenda cautela em sua interpretação. Ainda assim, os resultados de 2025 indicam a manutenção de saldos positivos em todos os trimestres e a consolidação de uma trajetória favorável do emprego formal, embora com perda de ritmo no encerramento do período.

Gráfico 7 – Saldo de empregos - Estado do Rio de Janeiro (2020 a 2025)



Elaboração própria | Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

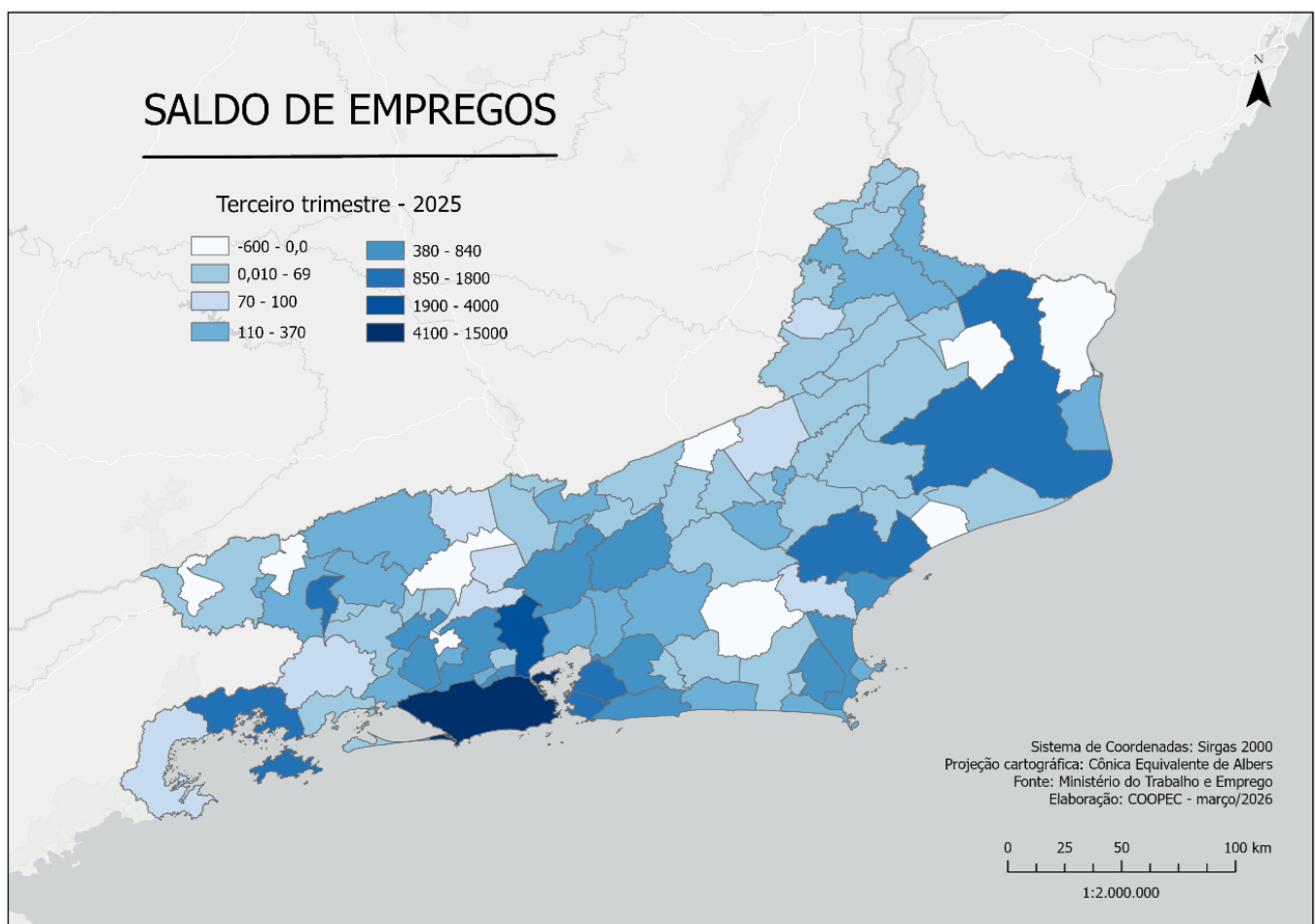
Os dados referentes ao saldo de empregos formais por município no estado do Rio de Janeiro, relativos ao terceiro e quarto trimestres de 2025, revelam a persistência de uma dinâmica territorial desigual na criação de postos de trabalho. Ainda assim, identificam-se indícios de fortalecimento em determinadas áreas ao longo do período, sugerindo uma expansão gradual do número de municípios com resultados positivos, bem como uma diminuição relativa das perdas concentradas em regiões de menor dinamismo

econômico.

Conforme ilustrado no Mapa 1, referente ao terceiro trimestre, observa-se a predominância de saldos positivos em grande parte do território fluminense, com maior intensidade nas regiões metropolitanas, litorâneas e em parte do Norte Fluminense. Destacam-se, em especial, municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, além de áreas da Região dos Lagos e do Norte Fluminense, que apresentam níveis mais elevados de geração de empregos.

Esses resultados refletem a continuidade da importância dos setores de serviços, comércio, turismo e da indústria extrativa associada ao óleo e gás, que sustentam o dinamismo econômico dessas localidades. Em contrapartida, alguns municípios do interior, sobretudo nas regiões Noroeste e Centro-Sul Fluminense, registram saldos mais reduzidos ou próximos da estabilidade, indicando um desempenho mais moderado e evidenciando a dependência de estruturas produtivas menos diversificadas.

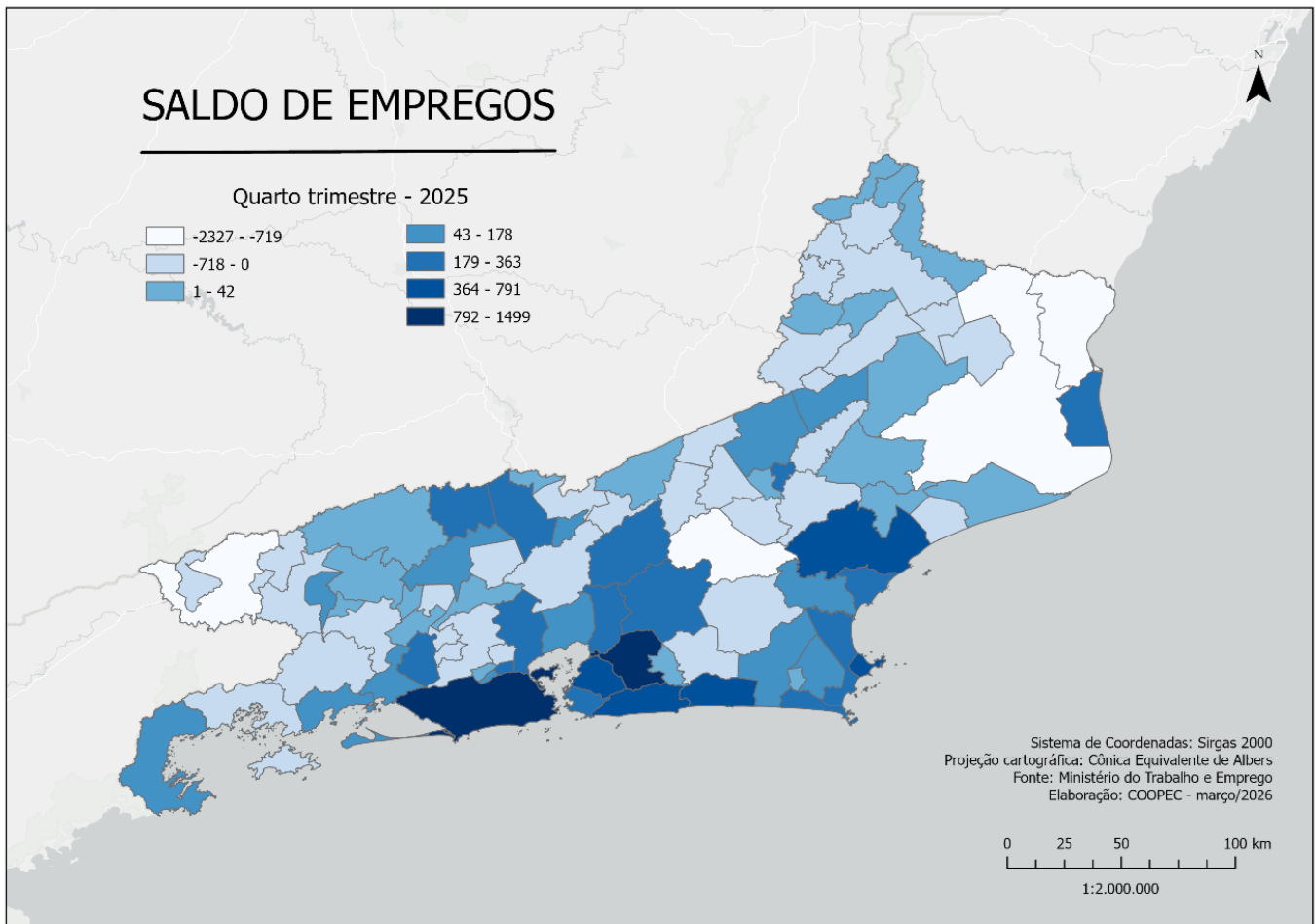
Mapa 1 – Saldo de empregos formais por município no estado do Rio de Janeiro – 3º trimestre de 2025



Elaboração própria | Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

No quarto trimestre, conforme apresentado no Mapa 2, os dados indicam um avanço no saldo de empregos formais, acompanhado de uma maior disseminação territorial da geração de vagas. Verifica-se o fortalecimento da criação de postos de trabalho em diversos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, das Baixadas Litorâneas e em parte do Sul Fluminense, além da continuidade de resultados positivos em áreas litorâneas e em localidades com maior dinamismo econômico.

Mapa 2 – Saldo de empregos formais por município no estado do Rio de Janeiro – 4º trimestre de 2025



Elaboração própria | Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Apesar desse avanço, ainda se observam disparidades regionais relevantes. Enquanto municípios com estruturas produtivas mais diversificadas e integrados a cadeias econômicas dinâmicas ampliam seus saldos de emprego, determinadas áreas do interior do estado continuam apresentando resultados mais limitados ou até negativos, indicando um processo de recuperação mais lento do mercado de trabalho.

De forma geral, a comparação entre o terceiro e o quarto trimestres de 2025 aponta para um movimento de fortalecimento progressivo do mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro, ainda que marcado por elevada concentração espacial do crescimento. Esse quadro evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à interiorização do desenvolvimento, com foco na diversificação da base produtiva, na qualificação da força de trabalho e na ampliação de investimentos em infraestrutura regional, como medidas essenciais para mitigar as desigualdades territoriais na geração de emprego e renda.

1.6 Saldo e estoque de empregos por grupamento de atividades econômicas

A Tabela 2 apresenta, de forma integrada, o saldo de empregos formais no terceiro e quarto trimestres de 2025, bem como o saldo acumulado no semestre, articulando essa dinâmica com o estoque de vínculos formais observados nos meses de setembro e dezembro — referências finais de cada trimestre. Essa abordagem permite uma leitura complementar do mercado de trabalho fluminense, combinando a análise de curto prazo, por meio do saldo, com a dimensão estrutural, captada pelo estoque de empregos.

Tabela 2 – Saldo e Estoque de Empregos por Grupamento de atividades econômicas e seção CNAE 2.0 – Estado do Rio de Janeiro

Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	3º trim/25	Estoque mensal - Setembro	4º trim/25	Estoque mensal - Dezembro	Saldo Total 2º Semestre
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-45	22.407	-1.744	20.663	-1.789
Indústria geral	5.111	498.409	-1.808	496.601	3.303
Indústrias Extrativas	652	52.536	-86	52.450	566
Indústrias de Transformação	3.317	370.331	-1.993	368.338	1.324
Eletricidade e Gás	677	18.299	239	18.538	916
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	465	57.243	32	57.275	497
Construção	3.411	252.922	-5.723	247.199	-2.312
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	7.772	844.229	11.460	855.689	19.232
Serviços	20.963	2.359.786	438	2.360.224	21.401
Transporte, armazenagem e correio	2.079	276.734	1.009	277.743	3.088
Alojamento e alimentação	1.622	277.343	1.344	278.687	2.966
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	9.892	968.529	4.477	973.006	14.369
Informação e Comunicação	1.464	118.574	-258	118.316	1.206
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	570	89.136	-158	88.978	412
Atividades Imobiliárias	91	19.308	113	19.421	204
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	4.391	172.732	1.197	173.929	5.588
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	3.376	568.779	3.583	572.362	6.959
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	2.231	641.537	-10.008	631.529	-7.777
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-779	127.174	-517	126.657	-1.296
Educação	1.337	230.428	-8.903	221.525	-7.566
Saúde Humana e Serviços Sociais	1.673	283.935	-588	283.347	1.085
Serviços domésticos	-1	24	5	29	4
Outros serviços	5.140	195.619	3.611	199.230	8.751
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	1.188	47.255	616	47.871	1.804
Outras Atividades de Serviços	3.954	148.099	3.003	151.102	6.957
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-2	265	-8	257	-10
Total	37.212	3.977.753	2.622	3.980.376	39.834

Elaboração própria | Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Sob a ótica dinâmica, os dados indicam que o segundo semestre de 2025 foi marcado por heterogeneidade no comportamento setorial. O setor de serviços destacou-se como principal gerador de empregos no período, com saldo positivo de 21.401 postos formais no semestre, sendo 20.963 no terceiro trimestre e 438 no quarto trimestre. Esse desempenho é reforçado pela dimensão estrutural, uma vez que o setor concentra o maior estoque de empregos formais tanto em setembro quanto em dezembro. Dentro desse grupamento, sobressaem as atividades de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, com saldo de 14.369 postos no semestre, além dos segmentos de transporte, armazenagem e correio, com 3.088 empregos, e de alojamento e alimentação, com 2.966 postos, evidenciando a força dos serviços na estrutura produtiva estadual.

O comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas também apresentou resultado expressivo, com saldo positivo de 19.232 empregos no semestre, sendo 7.772 no terceiro trimestre e 11.460 no quarto trimestre, demonstrando aceleração no período final do ano. Esse desempenho, aliado ao elevado estoque de vínculos formais nos meses de referência, reforça o papel do setor como importante vetor de geração de emprego, impulsionado pela dinâmica do consumo.

Por outro lado, o setor da construção registrou retração, com saldo negativo de -2.312 postos no semestre, resultado de um desempenho positivo no terceiro trimestre (3.411) e uma queda acentuada no quarto trimestre (-5.723). Ainda assim, o setor mantém um estoque relevante de empregos formais, o que indica que a retração observada está mais associada a fatores conjunturais do que a uma perda estrutural de importância.

A indústria geral apresentou saldo positivo de 3.303 empregos formais no semestre, embora com comportamento distinto entre os trimestres, com geração de 5.111 postos no terceiro trimestre e retração de -1.808 no quarto trimestre. Entre seus segmentos, destacam-se as indústrias de transformação, com saldo de 1.324 postos no semestre (3.317 no terceiro trimestre e -1.993 no quarto), e o setor de eletricidade e gás, com saldo positivo de 916 empregos (677 e 239, respectivamente), indicando heterogeneidade interna. O estoque de empregos industriais manteve-se relativamente estável entre setembro e dezembro, reforçando sua relevância estrutural, ainda que com menor dinamismo frente ao setor de serviços.

No setor agropecuário, observou-se retração de -1.789 empregos no semestre, resultado de perdas tanto no terceiro (-45) quanto, de forma mais intensa, no quarto trimestre (-1.744). Trata-se de um setor com menor participação no estoque total de empregos formais, o que reforça sua contribuição mais limitada para a estrutura ocupacional do estado.

As atividades ligadas à administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais apresentaram saldo negativo de -7.777 postos no semestre, com estabilidade no terceiro trimestre e forte retração no quarto trimestre, destacando-se a educação, responsável por -7.566 empregos. Apesar da queda no fluxo, esse grupamento mantém elevado estoque de vínculos formais, evidenciando seu papel estrutural na sustentação do emprego no estado.

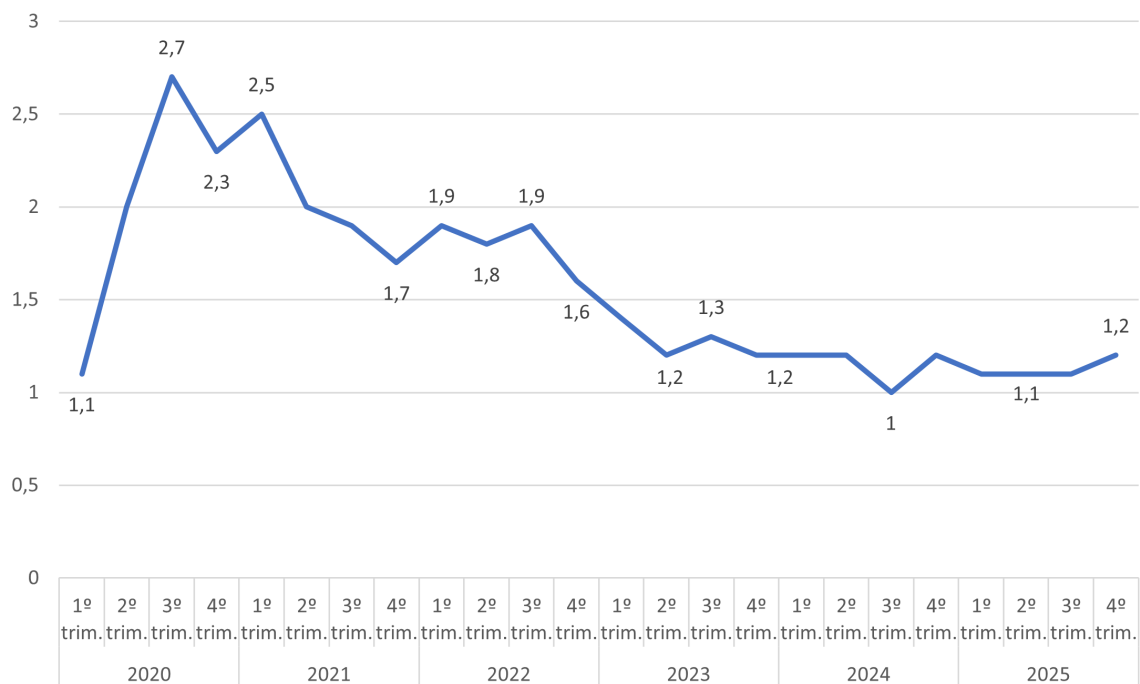
Dessa forma, a análise conjunta do saldo e do estoque de empregos evidencia que, embora o segundo semestre de 2025 tenha sido marcado por variações no ritmo de geração de vagas entre os setores, a estrutura do mercado de trabalho fluminense permanece fortemente concentrada nos setores de serviços e comércio. Esses setores não apenas lideram a criação de empregos no curto prazo, como também concentram a maior parcela do estoque de vínculos formais, indicando um padrão de especialização produtiva. Ao mesmo tempo, setores como construção, indústria e agropecuária apresentam maior volatilidade no saldo, mas mantêm relevância estrutural, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à diversificação produtiva e ao fortalecimento de atividades com menor dinamismo relativo.

1.7 Taxa de desalento

O Gráfico 8 ilustra a trajetória da taxa de desalento no estado do Rio de Janeiro entre o primeiro trimestre de 2020 e o quarto trimestre de 2025. Após a elevação significativa registrada em 2020, decorrente dos impactos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho, o indicador passou a apresentar uma tendência consistente de redução nos anos subsequentes, sinalizando a retomada gradual da atividade econômica e o restabelecimento da confiança da população na procura por ocupação.

No período mais recente, verifica-se que a taxa de desalento permaneceu relativamente estável em níveis historicamente baixos, alcançando 1,1% no terceiro trimestre e 1,2% no quarto trimestre de 2025. Esse resultado indica estabilidade em relação ao final de 2024 (1,2%), consolidando uma trajetória de equilíbrio do indicador e sinalizando condições mais favoráveis no mercado de trabalho, tanto no segmento formal quanto no informal, além de maior disposição dos trabalhadores em retomar a busca por emprego.

Gráfico 8 – Taxa de desalento¹ – Estado do Rio de Janeiro (2020 a 2025)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

A manutenção do desalento em patamares reduzidos sugere que o mercado de trabalho fluminense tem sido gradualmente capaz de absorver a força de trabalho disponível, em linha com a expansão da oferta de empregos formais observada no segundo semestre de 2025, especialmente nos setores de serviços, construção e indústria.

¹ Nota técnica: o IBGE define pessoas desalentadas como um subgrupo de pessoas da força de trabalho potencial que não haviam buscado efetivamente por um trabalho, por considerar que não conseguiriam trabalho adequado; não tinham experiência profissional ou qualificação; não conseguiriam trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos ou não havia trabalho na localidade. Mas, gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Por outro lado, a leve variação entre 1,1% e 1,2% pode refletir limitações estruturais na capacidade de absorção de mão de obra em determinados setores e regiões, sobretudo em áreas do interior com menor dinamismo econômico. Ainda assim, o panorama geral aponta para o fortalecimento da inserção ocupacional e a redução do desalento, evidenciando resiliência e consolidação do processo de recuperação do mercado de trabalho no estado.

Em síntese, o comportamento da taxa de desalento no segundo semestre de 2025 reforça a tendência de melhora nas condições de ocupação observada desde 2021, posicionando o estado do Rio de Janeiro em um cenário de maior estabilidade e confiança por parte dos trabalhadores, ainda que seja fundamental acompanhar a evolução do indicador diante de possíveis mudanças no contexto econômico nacional.

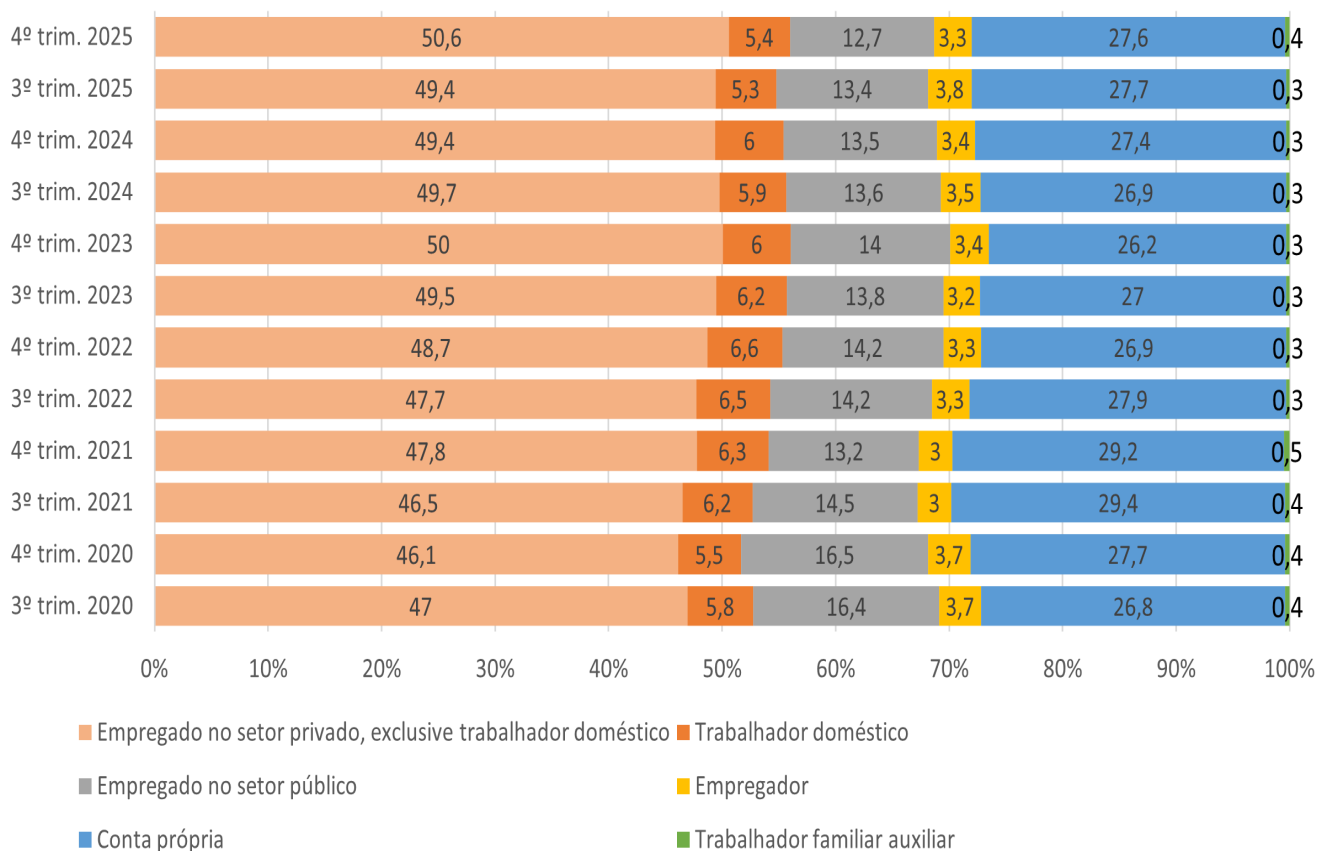


1.8 Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal

O Gráfico 9 evidencia a composição das categorias de ocupação no trabalho principal no estado do Rio de Janeiro entre 2020 e 2025, permitindo analisar as transformações recentes na estrutura do mercado de trabalho fluminense.

De acordo com o gráfico, nos terceiro e quarto trimestres de 2025, os empregados no setor privado mantiveram-se como a principal categoria ocupacional, com participações de 49,4% e 50,6%, respectivamente. A análise da série histórica evidencia uma leve ampliação dessa participação, que passou de 47% no terceiro trimestre de 2020 para 50,6% no quarto trimestre de 2025, alcançando o maior patamar do período analisado.

Gráfico 9 – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (%) – Estado do Rio de Janeiro (2020 a 2025)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Os trabalhadores por conta própria configuram o segundo maior grupo ocupacional, apresentando relativa estabilidade ao longo da série, ao variar de 26,8% em 2020 para 27,6% em 2025. O ponto mais elevado foi registrado no terceiro trimestre de 2021 (29,4%), seguido de recuo e posterior estabilização, indicando acomodação após os efeitos mais intensos da pandemia.

No que se refere ao emprego no setor público, observa-se uma trajetória de redução moderada, com a participação passando de 16,4% no terceiro trimestre de 2020 para 12,7% no quarto trimestre de 2025. O maior nível ocorreu em 2020 (16,5% no quarto trimestre), sendo seguido por queda gradual nos anos subsequentes, o que indica perda relativa de participação na estrutura ocupacional.

O trabalho doméstico apresentou tendência de retração, passando de 5,8% em 2020 para 5,4% em 2025, após atingir seu pico em 2022 (6,6%). Esse movimento pode estar associado a mudanças na demanda por esse tipo de ocupação e à substituição por formas mais flexíveis de prestação de serviços. A categoria de empregadores manteve-se relativamente estável, oscilando entre 3% e 3,8%, com destaque para o terceiro trimestre de 2025 (3,8%), sem alterações estruturais relevantes. Por sua vez, os trabalhadores familiares auxiliares apresentam participação residual, variando entre 0,3% e 0,5%, com impacto limitado na composição geral do mercado de trabalho.

Em síntese, a evolução da estrutura ocupacional entre 2020 e 2025 indica aumento da participação do emprego no setor privado (+3,6 p.p.) e redução do peso relativo do setor público (-3,7 p.p.), além de estabilização do trabalho por conta própria após o pico observado em 2021. Esse movimento revela uma recomposição do mercado de trabalho fluminense, com maior protagonismo das relações privadas de trabalho em comparação ao período inicial da pandemia.

1.9 Pessoas ocupadas por grupamento de atividade no trabalho principal

Os Gráficos 10 e 11 apresentam a distribuição das pessoas ocupadas com 14 anos ou mais, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal, no estado do Rio de Janeiro, referentes ao terceiro e quarto trimestres de 2025.

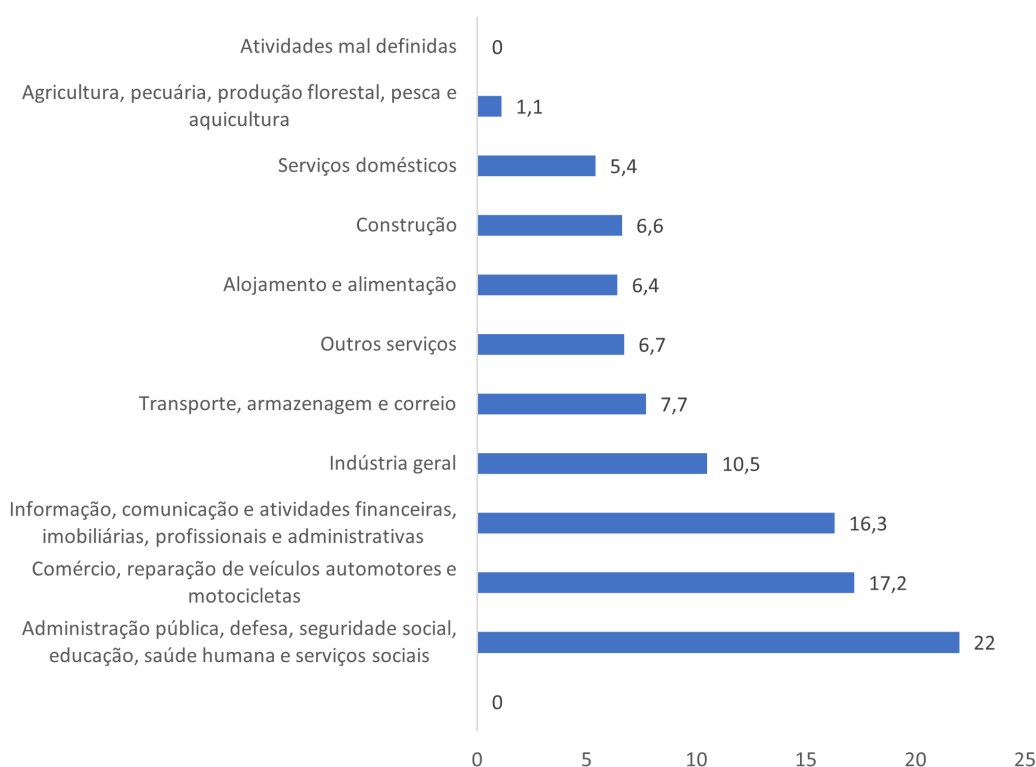
No terceiro trimestre de 2025 (Gráfico 10), observa-se que a maior concentração de trabalhadores se encontra no grupamento de Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, responsável por 22% do total de ocupados. No quarto trimestre de 2025 (Gráfico 11), esse padrão se mantém, com pequenas variações na participação relativa dos grupamentos, indicando estabilidade na estrutura setorial do emprego. A predominância desse segmento evidencia a forte presença do setor público e dos serviços sociais na composição do mercado de trabalho fluminense, característica estrutural da economia estadual.

Os Gráficos 10 e 11 apresentam a distribuição das pessoas ocupadas com 14 anos ou mais, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal, no estado do Rio de Janeiro, referentes ao terceiro e quarto trimestres de 2025.

De acordo com o Gráfico 10, referente ao terceiro trimestre de 2025, destacam-se os grupamentos de Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, responsável por 22% do total de ocupados. Além de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (17,2%) e de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (16,3%), evidenciando a predominância do setor terciário na estrutura ocupacional do estado. A indústria geral

apresenta participação de 10,5%, indicando relativa estabilidade, enquanto construção (6,6%), transporte, armazenagem e correio (7,7%) e alojamento e alimentação (6,4%) mantêm participações intermediárias. O trabalho doméstico responde por 5,4% dos ocupados, mantendo tendência de leve redução.

Gráfico 10 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividade no trabalho principal (%) – Estado do Rio de Janeiro (3º trimestre de 2025)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Já o Gráfico 11, referente ao quarto trimestre de 2025, confirma a manutenção desse padrão, com pequenas variações. O grupamento de Administração pública, defesa, educação, saúde e serviços sociais segue como o principal empregador, com 21,2% (ante 22% no trimestre anterior), evidenciando estabilidade e forte presença do setor público. Na sequência, comércio (17,8%) e as atividades de informação, comunicação e serviços avançados (16,7%) mantêm posições de destaque, enquanto a indústria geral permanece próxima de 10%. Os segmentos de transporte (7,5%), outros serviços (7%) e alojamento e alimentação (6,6%) seguem com participações intermediárias.

Gráfico 11 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividade no trabalho principal (%) – Estado do Rio de Janeiro (4º trimestre de 2025)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

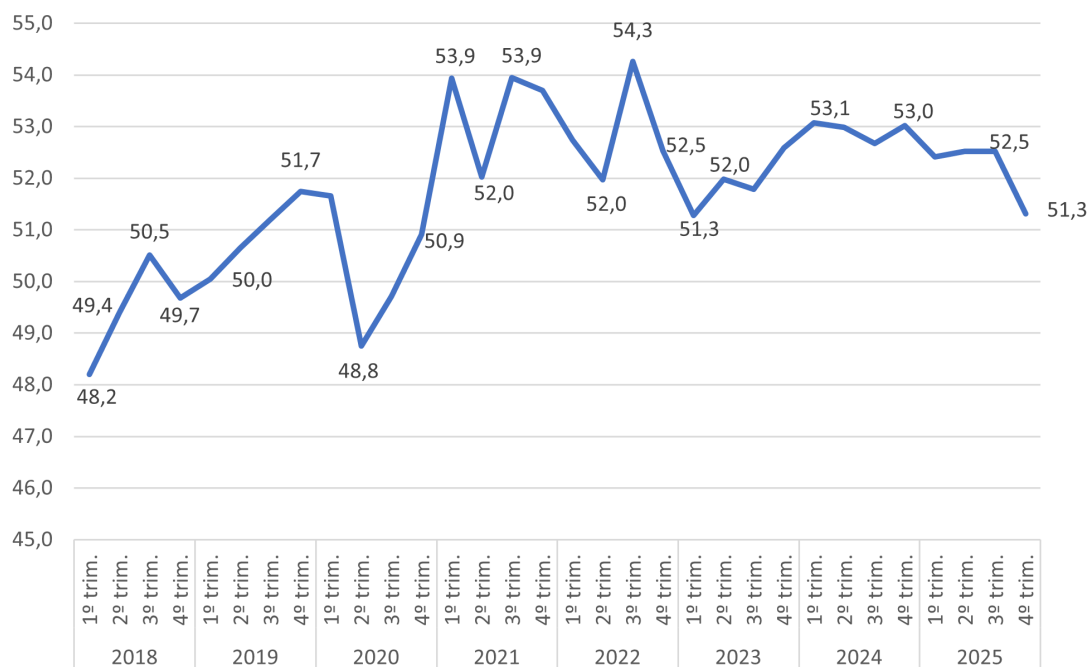
Por fim, em ambos os gráficos, observa-se baixa participação das atividades agropecuárias (1,1% no 3º trimestre e 5,4% no 4º) e das atividades mal definidas (0% e 0,3%), reforçando o perfil predominantemente urbano e terciário do mercado de trabalho fluminense. Em suma, os Gráficos 10 e 11 indicam estabilidade na estrutura setorial do emprego, com forte concentração em serviços e administração pública.

1.10 Informalidade do setor privado

O Gráfico 12 apresenta a evolução da taxa de informalidade no setor privado do estado do Rio de Janeiro no período de 2018 até 2025. Após um intervalo de relativa estabilidade entre 2022 e 2024, com variações em torno de 52%, os dados mais recentes apontam para uma leve redução do indicador no final de 2025, passando de 52,5% no terceiro trimestre para 51,3% no quarto trimestre.

Esse movimento sugere uma melhora gradual na qualidade das ocupações no setor privado, possivelmente associada à expansão do emprego formal no período. Ainda assim, o nível de informalidade permanece elevado, indicando a persistência de desafios estruturais no mercado de trabalho fluminense.

Gráfico 12 – Informalidade do setor privado (%) – Estado do Rio de Janeiro (2018 a 2025)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Os resultados indicam que, embora não se observe um avanço significativo no processo de formalização das relações de trabalho, a taxa de informalidade manteve-se relativamente estável, com leve redução no período mais recente. Ainda assim, a permanência de níveis superiores a 50% evidencia o caráter estrutural da informalidade no mercado de trabalho fluminense, especialmente em atividades de menor produtividade e menor exigência de qualificação, como comércio e construção.

A estabilidade do indicador ocorre em um contexto de recuperação gradual da atividade econômica, que tem contribuído para a expansão das ocupações. No entanto, esse movimento não se traduziu em redução proporcional da informalidade, uma vez que tanto o emprego formal quanto o informal avançaram no período. Dessa forma, a manutenção de níveis elevados de informalidade reflete não apenas fatores conjunturais, mas também características estruturais do mercado de trabalho fluminense, marcado pela

elevada participação de atividades de serviços de baixa produtividade e de formas de inserção ocupacional mais flexíveis.

Nesse contexto, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas voltadas à formalização, incluindo medidas de simplificação tributária, ampliação do acesso ao crédito produtivo e incentivo ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Adicionalmente, é importante considerar que a informalidade apresenta forte dimensão desigual, atingindo de forma mais intensa mulheres e pessoas negras, o que reflete desigualdades estruturais persistentes no mercado de trabalho.

Portanto, o comportamento da informalidade no segundo semestre de 2025 reforça a necessidade de políticas públicas de caráter estrutural, orientadas à promoção da inclusão produtiva, à ampliação do trabalho formal e à redução das desigualdades que ainda marcam o mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro.



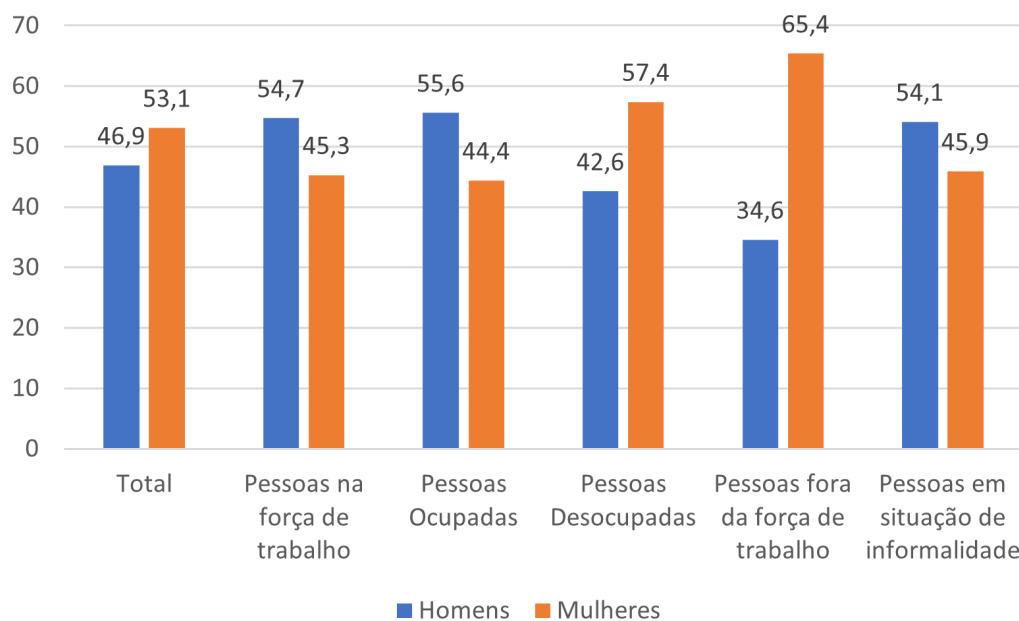
2. O perfil socioeconômico do Mercado de Trabalho do estado do Rio de Janeiro

2.1 Distribuição percentual por sexo

O Gráfico 13 apresenta a distribuição percentual da população de 14 anos ou mais, segundo o sexo, no estado do Rio de Janeiro, referente ao terceiro trimestre de 2025.

De acordo com o Gráfico 13, os dados evidenciam a permanência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho fluminense. No terceiro trimestre de 2025, os homens correspondiam a 54,7% da força de trabalho, enquanto as mulheres representavam 45,3%. Embora os percentuais indiquem certa aproximação, as mulheres concentram 57,4% da população desocupada e 65,4% daqueles que estão fora da força de trabalho, o que sinaliza a existência de obstáculos estruturais tanto para o acesso quanto para a permanência no emprego.

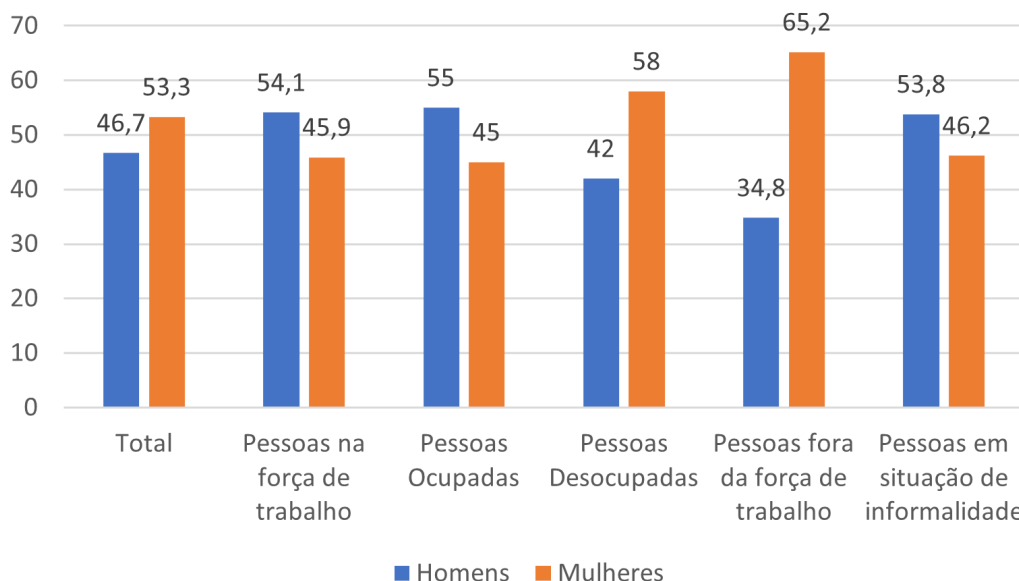
Gráfico 13 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo (%) – Estado do Rio de Janeiro – 3º trimestre de 2025



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

O Gráfico 14 a seguir evidencia que essa dinâmica se mantém no quarto trimestre de 2025, com as mulheres representando 45,9% da força de trabalho, mas concentrando 65,2% da população fora da força de trabalho.

Gráfico 14 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo (%) – Estado do Rio de Janeiro – 4º trimestre de 2025



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Em contrapartida, segundo o Gráfico 14, os homens seguem majoritários entre os ocupados (55,6% no terceiro trimestre e 55% no quarto trimestre de 2025) e também entre os trabalhadores informais (54,1% e 53,8%, respectivamente), evidenciando a segmentação de gênero presente no mercado de trabalho.

Esses resultados indicam que, embora as mulheres representem parcela significativa da população em idade ativa, sua inserção no mercado de trabalho ainda ocorre em condições mais desfavoráveis, seja pela maior incidência de desocupação, pela menor participação entre os ocupados ou pela sobrecarga associada ao trabalho de cuidado não remunerado, que limita sua disponibilidade para atividades formais.

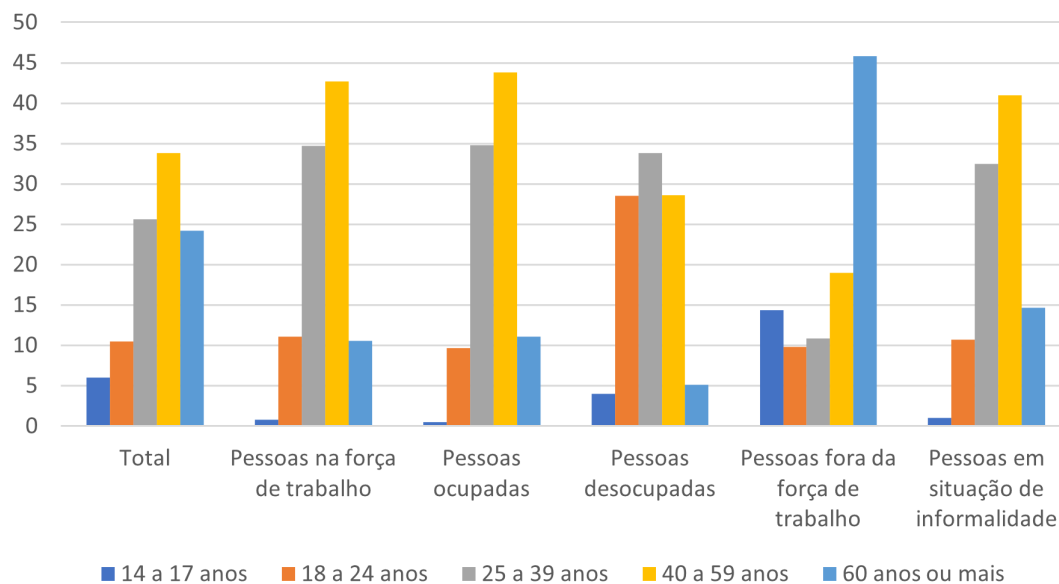
Nesse contexto, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades de gênero, incluindo iniciativas de qualificação profissional específicas, estímulos à contratação de mulheres, expansão da oferta de creches e ações de enfrentamento à discriminação no ambiente laboral.

Adicionalmente, é importante reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidado, promovendo uma distribuição mais equilibrada das responsabilidades familiares, de modo a favorecer uma inserção mais estável e equitativa das mulheres no mercado de trabalho.

2.2 Distribuição percentual por grupo de idade

O Gráfico 15 apresenta a distribuição percentual da população de 14 anos ou mais, segundo os grupos etários, no estado do Rio de Janeiro, referente ao terceiro e ao quarto trimestres de 2025.

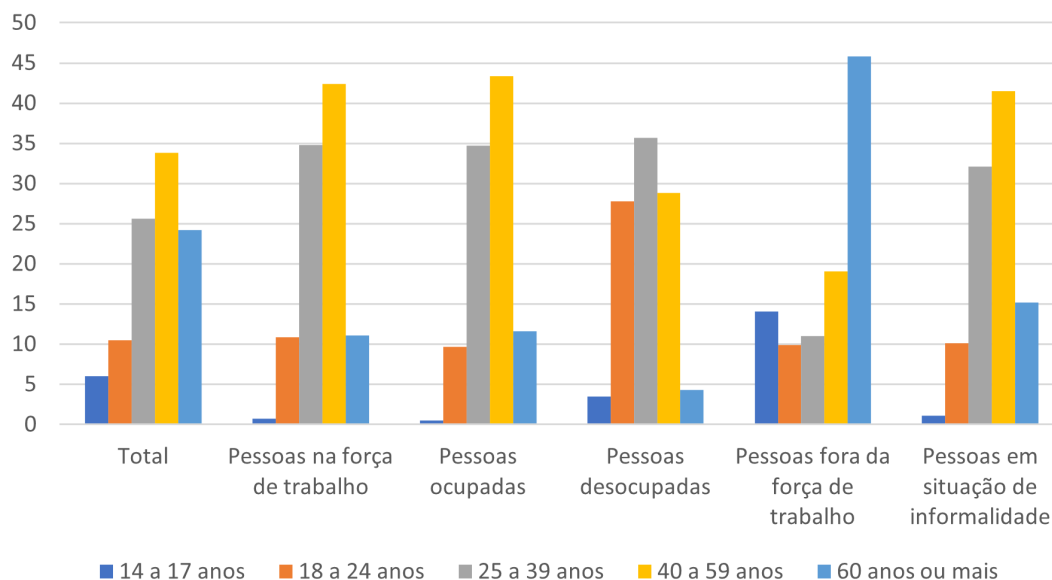
Gráfico 15 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por grupo de idade (%) – Estado do Rio de Janeiro – 3º trimestre de 2025



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

De maneira geral, verifica-se a continuidade do perfil etário típico da força de trabalho fluminense, com predominância dos grupos de 25 a 39 anos e de 40 a 59 anos, que, em conjunto, concentram a maior parte dos ocupados. Essas faixas etárias correspondem ao período de maior inserção produtiva e consolidação profissional, evidenciando o peso dos trabalhadores em plena idade ativa na dinâmica do mercado de trabalho.

Gráfico 16 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por grupo de idade (%) – Estado do Rio de Janeiro – 4º trimestre de 2025



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

A análise dos dados para o terceiro e quarto trimestres de 2025 indica estabilidade no perfil etário do mercado de trabalho fluminense, com destaque para dois eixos centrais: desocupação e informalidade. Nos extremos etários (14 a 17 anos e 60 anos ou mais), a baixa participação na força de trabalho configura um comportamento estrutural esperado, associado, respectivamente, à permanência no sistema educacional e à aposentadoria. Nesse sentido, o foco das políticas públicas deve estar na garantia de proteção social e não na ampliação da inserção ocupacional desses grupos.

No que se refere à desocupação, observa-se forte concentração entre os jovens de 18 a 24 anos, que representam 28,5% dos desocupados no terceiro trimestre e 27,8% no quarto trimestre de 2025. Esse resultado evidencia um dos principais entraves estruturais do mercado de trabalho: a dificuldade de inserção inicial dos jovens, associada à falta de experiência, ao desalinhamento entre formação e demanda produtiva e à limitação de redes de acesso ao emprego. Esse cenário reforça a necessidade de políticas específicas voltadas ao primeiro emprego qualificado, com ênfase na formação técnica alinhada às demandas regionais e em incentivos à contratação com capacitação.

Por outro lado, a informalidade concentra-se majoritariamente nas faixas etárias centrais (25 a 59 anos), que, embora apresentem maior nível de ocupação, também reúnem o maior contingente de trabalhadores em condições precárias. Esse padrão evidencia o caráter estrutural da informalidade no estado, especialmente em atividades de menor produtividade. Para esse grupo, as políticas devem priorizar a simplificação dos custos de formalização, especialmente para micro e pequenas empresas, e a ampliação de programas de qualificação contínua que favoreçam a transição para ocupações mais produtivas e formais.

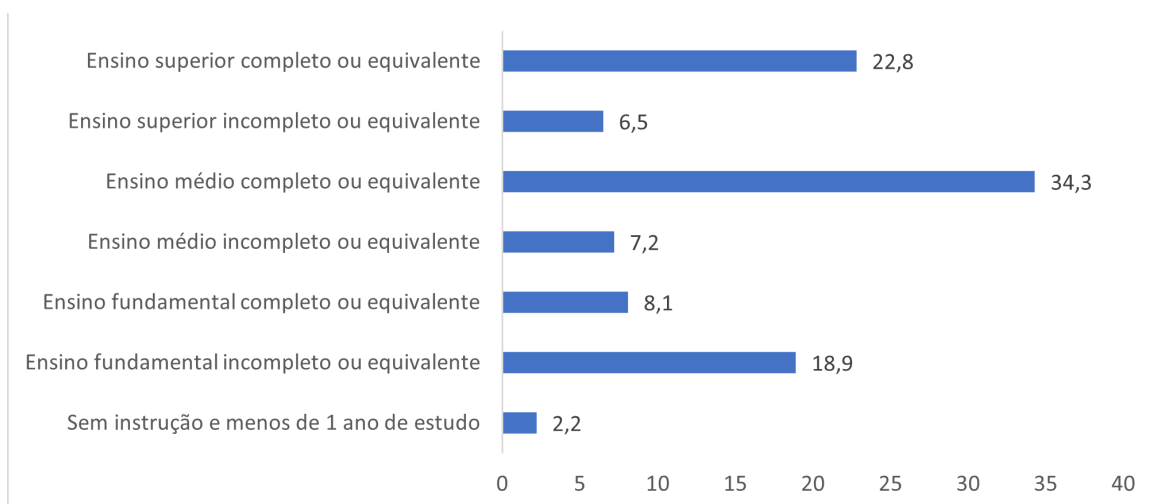
Deste modo, os resultados reforçam a necessidade de uma abordagem diferenciada por grupo etário: enquanto o desemprego juvenil demanda políticas ativas de inserção produtiva, a informalidade nas faixas centrais exige medidas estruturais voltadas à formalização e ao aumento da produtividade. A estabilidade observada entre os trimestres indica que avanços mais significativos dependerão da implementação de políticas públicas coordenadas e de longo prazo.

2.3 Distribuição percentual por nível de instrução

Os Gráficos 17 e 18 apresentam a distribuição percentual da população de 14 anos ou mais, segundo o nível de instrução, no estado do Rio de Janeiro, para o terceiro e o quarto trimestres de 2025.

De acordo com o Gráfico 17 a seguir, no terceiro trimestre de 2025, a maior parcela da população concentra-se no nível de ensino médio completo ou equivalente (34,3%), seguida por aqueles com ensino superior completo (22,8%) e ensino fundamental incompleto (18,9%). Essa distribuição indica a predominância de um perfil de escolaridade intermediária, ao mesmo tempo em que sinaliza a importância de ampliar o acesso ao ensino superior e à formação profissional, visando elevar o nível de qualificação da força de trabalho no estado.

Gráfico 17 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por nível de instrução (%) – Estado do Rio de Janeiro – 3º trimestre de 2025



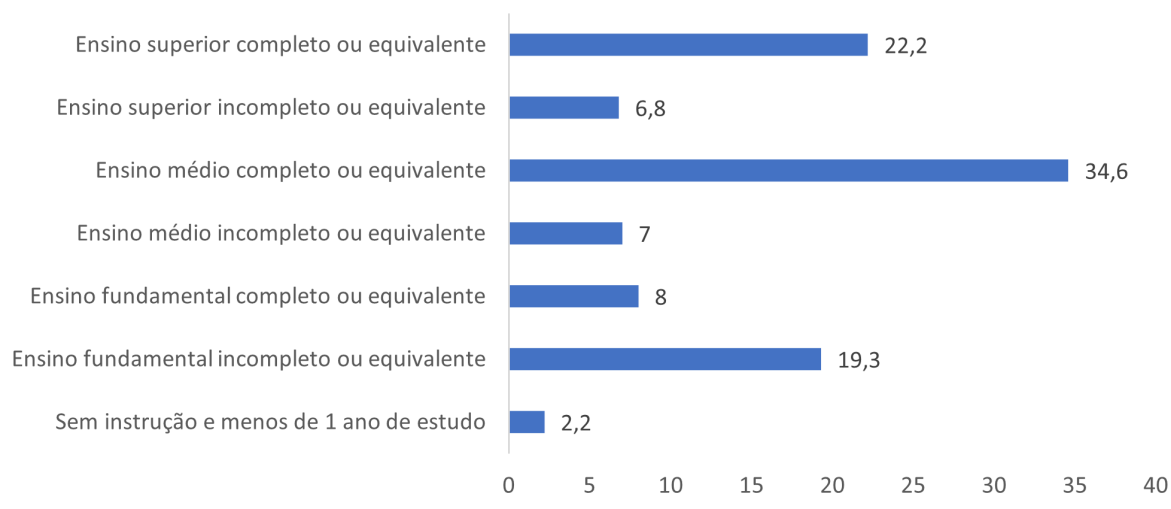
Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

As proporções de indivíduos com ensino médio incompleto (7,2%) e ensino fundamental incompleto (18,9%), somadas à parcela sem instrução ou com menos de um ano de estudo (2,2%), evidenciam a permanência de lacunas educacionais em determinados grupos, os quais, em geral, enfrentam maior vulnerabilidade e inserção mais instável no mercado de trabalho.

Como mostra o Gráfico 18 adiante, no quarto trimestre de 2025, a estrutura educacional da população fluminense manteve-se relativamente estável, com variações marginais entre os níveis de instrução. O ensino médio completo ou equivalente permaneceu como o grupo predominante (34,6%), seguido pelo ensino superior completo (22,2%) e pelo ensino fundamental incompleto (19,3%), enquanto a parcela sem instrução manteve-se em patamar reduzido (2,2%).

Esse padrão indica a consolidação de uma base educacional com predominância de níveis intermediários de escolaridade, ao mesmo tempo em que evidencia a relevância crescente do ensino superior. Por outro lado, a persistência de contingentes com baixa escolaridade reforça desafios estruturais relacionados à qualificação da força de trabalho no estado.

Gráfico 18 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por nível de instrução (%) – Estado do Rio de Janeiro – 4º trimestre de 2025



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

De forma geral, os dados referentes ao terceiro e ao quarto trimestres de 2025 apontam para avanços graduais nos níveis de escolaridade, embora ainda persistam desigualdades relevantes no acesso aos níveis mais elevados de ensino. Essa configuração reflete entraves históricos do sistema educacional brasileiro, especialmente na passagem do ensino médio para o ensino superior, com impactos diretos sobre o nível de qualificação da força de trabalho.

Nesse contexto, o fortalecimento de políticas públicas voltadas à expansão do ensino técnico e superior, aliado a iniciativas de requalificação profissional e de inclusão educacional de jovens e adultos, mostra-se essencial para sustentar o crescimento econômico e promover maior equidade na inserção no mercado de trabalho fluminense.

2.4 Distribuição percentual por cor ou raça

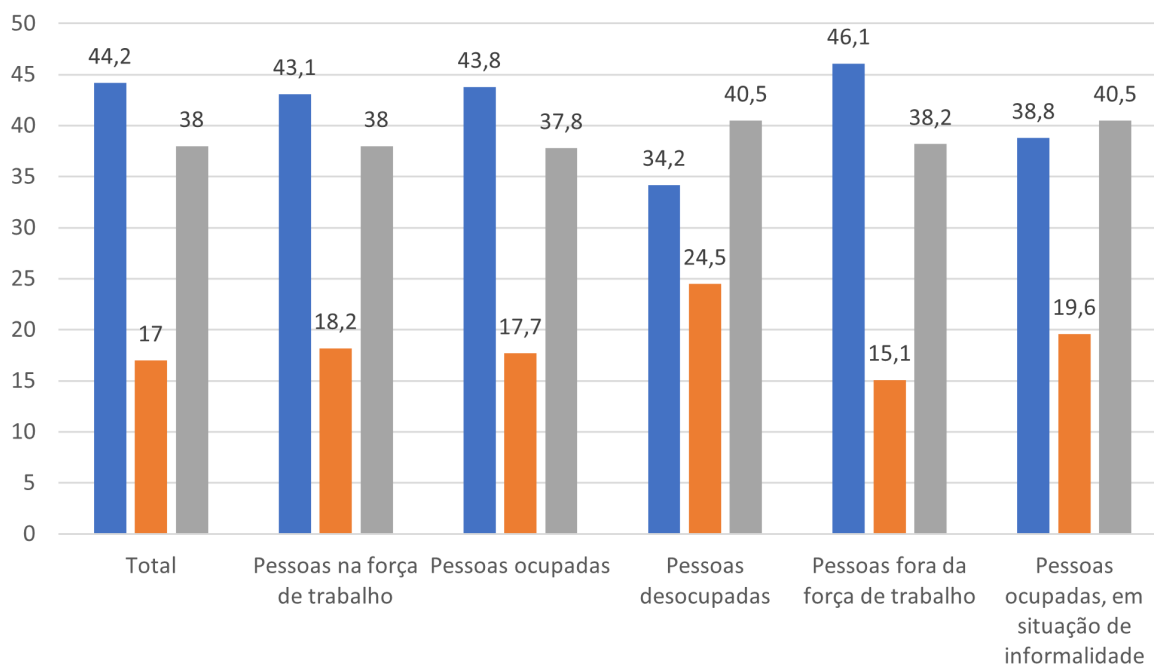
Os Gráficos 19 e 20 apresentam a composição percentual da população de 14 anos ou mais, segundo cor ou raça, no estado do Rio de Janeiro, para o terceiro e o quarto trimestres de 2025.

Segundo os dados mais recentes do Censo Demográfico, a população negra (pretos e pardos) corresponde a 57,78% dos habitantes do estado do Rio de Janeiro, enquanto a população branca representa 41,62%. Apesar dessa maioria, tal composição não se traduz em igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Os gráficos indicam que pessoas brancas apresentam maior participação relativa entre os ocupados e menores níveis de desocupação e informalidade, ao passo que a população negra permanece sobrerrepresentada tanto entre os desocupados quanto entre os trabalhadores em situação de informalidade.

Como evidenciado no Gráfico 19 adiante, no terceiro trimestre de 2025, as pessoas brancas correspondiam a 43,8% dos ocupados, enquanto os pardos representavam 37,8% e os pretos, 17,7%. Entre os desocupados, entretanto, observa-se uma inversão desse padrão: pardos (40,5%) e pretos (24,5%) superam a participação dos brancos (34,2%), indicando maior vulnerabilidade da população negra ao desemprego.

No caso da informalidade, a desigualdade também se mantém, com 38,8% de brancos, 40,5% de pardos e 19,6% de pretos, evidenciando que as formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho atingem com maior intensidade os grupos racialmente mais vulneráveis.

Gráfico 19 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%) - Estado do Rio de Janeiro - 3º trimestre de 2025



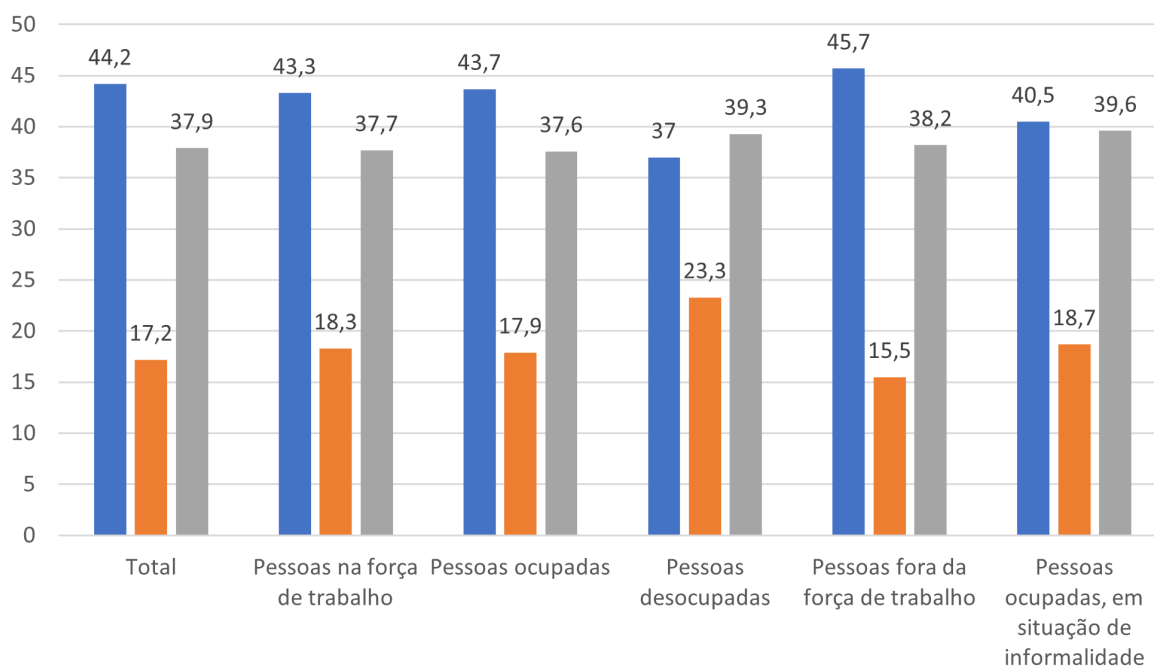
Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

No quarto trimestre de 2025, conforme apresentado no Gráfico 20, a distribuição por cor ou raça no mercado de trabalho fluminense manteve as desigualdades estruturais observadas ao longo do ano, sem alterações relevantes em relação ao período anterior. Entre os ocupados, a população branca permanece predominante, com 43,7%, enquanto pardos e pretos correspondem a 37,6% e 17,9%, respectivamente.

Ao analisar a população desocupada, as disparidades tornam-se mais evidentes, com maior concentração entre os grupos negros: os pardos representam 39,3% e os pretos 23,3%, superando a participação dos brancos (37,0%). Esse padrão também se reproduz na informalidade, na qual pardos (39,6%) e pretos (18,7%) concentram parcela significativa das ocupações mais precárias.

Em síntese, ainda que o nível de atividade econômica tenha se mantido relativamente estável, o acesso a empregos formais e de melhor qualidade segue condicionado por desigualdades raciais persistentes, que limitam a plena inserção produtiva da população negra no estado.

Gráfico 20 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%) - Estado do Rio de Janeiro - 4º trimestre de 2025



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

CONCLUSÃO

A presente edição do Boletim do Mercado de Trabalho do estado do Rio de Janeiro teve como objetivo oferecer um diagnóstico abrangente e atualizado da dinâmica do mercado de trabalho fluminense, a partir da consolidação de diferentes bases de dados estatísticos. Ao reunir e sistematizar essas informações, o estudo buscou construir uma “radiografia” do mercado de trabalho, capaz de acompanhar suas transformações recentes e subsidiar a produção de evidências para o planejamento e a formulação de políticas públicas.

A análise desenvolvida permitiu caracterizar o perfil socioeconômico da força de trabalho, evidenciando tanto avanços observados no período quanto desafios estruturais ainda persistentes. Entre esses, destacam-se a elevada informalidade, a concentração da desocupação em grupos específicos — como jovens, mulheres e população negra — e as desigualdades territoriais e setoriais na geração de empregos. Esses elementos revelam mazelas históricas que seguem demandando atenção prioritária na agenda pública, especialmente no que se refere à promoção de inclusão produtiva e redução das desigualdades.

Além disso, o boletim destaca a importância de uma leitura integrada do mercado de trabalho, considerando simultaneamente sua dimensão estrutural — expressa na composição setorial e no estoque de empregos — e sua dinâmica conjuntural, captada pelos saldos de geração de postos de trabalho. A análise territorial e setorial contribui, nesse sentido, para identificar áreas e atividades com maior potencial de dinamismo, bem como regiões que ainda enfrentam limitações em termos de diversificação produtiva e geração de oportunidades.

Dessa forma, o boletim reafirma seu papel como instrumento técnico de apoio à gestão pública, fornecendo subsídios qualificados para a elaboração de políticas mais eficazes e direcionadas. Ao evidenciar padrões, tendências e desigualdades, o estudo contribui para o fortalecimento de estratégias voltadas à geração de emprego de qualidade, à formalização das relações de trabalho e à construção de um mercado de trabalho mais inclusivo, dinâmico e alinhado às necessidades do desenvolvimento econômico e social do estado do Rio de Janeiro.



